



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0019738-08.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Cheque**
 Requerente: **Geraldo Rosa**
 Requerido: **João Ratti Neto**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 17 de dezembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. MILTON COUTINHO GORDO. Eu,..... Ana Cristina, mat. 98.127-1, escrevente.

VISTOS.

GERALDO ROSA ajuizou a presente **ação de COBRANÇA** em face de **JOÃO RATTI NETO** todos devidamente qualificadas nos autos.

Sustenta o requerente, em síntese, que, em meados de 2011 emprestou a quantia de R\$ 2.000 através de dois cheques (nº 85850509 no valor de R\$ 500,00 e nº 850515 no valor de R\$ 1.500). Após a entrega o Requerido se comprometeu a cobrir os títulos assim que caíssem na conta bancária do requerente, o que não ocorreu. Dessa forma, o valor do débito atualizado perfaz o montante de R\$ 3.052,78. Requer a procedência da ação com a condenação do Requerido ao pagamento do saldo remanescente devido.

A inicial veio instruída com documentos de fls.04/11.

As partes foram convocadas à tentativa de conciliação, que resultou infrutífera (fls. 23).

Devidamente citado, o requerido alegou preliminarmente: a ilegitimidade passiva; No mérito, sustenta: 1) que a cobrança dos títulos é impossível, uma vez que, não foram dados diretamente a ele, e sim a filha do Requerente, sua ex- mulher; 2) o Requete, na tentativa de confundir este juízo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

está se utilizando de má-fé, ao alterar a verdade dos fatos; 3) casou-se com a filha do Requerente em 27/04/2011 sob o regime da comunhão parcial de bens e em 17/08/2011 foi proferida a sentença de divórcio do casal; 4) não há provas que demonstrem que os referidos títulos foram repassados a sua pessoa, não tendo nenhum vínculo e obrigação de ressarcir. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls.38/39.

Pelo despacho de fls. 44, as partes foram instadas à produção de provas. O Requerido requereu a juntada das cópias do processo de divórcio (Fls. 45/51). O Requerente solicitou a oitiva de testemunhas de fl. 54, o que foi indeferido pelo despacho de fls. 56.

Pelo despacho de fls. 58 foi declarada encerrada a instrução. O Autor apresentou memoriais às fls. 59/60 e o Réu se manifestou às fls. 62/66.

É o relatório.

DECIDO.

A prova produzida não permite o acolhimento do pleito inicial.

O autor não demonstrou, como lhe cabia, que o numerário (ou mesmo as cambiais) foram entregues ao postulado a título de mútuo.

Um dos cheques, inclusive, tem beneficiário certo que não integra a LIDE, mais especificamente a CIA DE VIDROS.

Já o outro, foi sacado tendo como beneficiário o requerido, mas, como já dito, o autor não logrou êxito em demonstrar o empréstimo com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

subsequente obrigação de restituição.

Como se tal não bastasse, na época das emissões o requerido era casado com a filha do requerente, tudo indicando que pelo menos um dos quirógrafos está atrelado a ajustes familiares cujo esclarecimento é agora, passados mais de dois anos, inviável.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial.

Sucumbente, arcará o autor com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor dado à causa.

P.R.I.

São Carlos, 23 de janeiro de 2013.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito